



A QUESTÃO METROPOLITANA NO BRASIL: DESAFIOS ESTRUTURAIS E DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.

Vera Lúcia Martins da Conceição

Universidade Tecnológica Federal do Paraná | veralumaster@gmail.com

Leandro Guillarducci Martins Ferreira

Universidade Tecnológica Federal do Paraná | lefer.santos@yahoo.com.br

Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza

Universidade Tecnológica Federal do Paraná | malumeza2@gmail.com

Sessão Temática ST4: Metropolização do espaço: planejamento, governança e gestão

Resumo: Este artigo investiga o fenômeno da metropolização no Brasil, com foco na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), a oitava maior do país. O objetivo é analisar o impacto da periferização na RMC, explorando desigualdades socioeconômicas e desafios de infraestrutura nos municípios periféricos em relação a Curitiba. A metropolização envolve a integração territorial, onde uma cidade-núcleo articula municípios, ampliando funções urbanas e compartilhando serviços essenciais. Utilizando dados censitários e econômicos de 2010 e 2022, o estudo examina a evolução demográfica, desigualdades e os desafios resultantes da urbanização acelerada. Municípios como São José dos Pinhais e Fazenda Rio Grande destacam-se pelo crescimento populacional maior que Curitiba, evidenciando a periferização que afeta o planejamento urbano e a distribuição de recursos. O artigo destaca as disparidades entre Curitiba e municípios vizinhos, especialmente Fazenda Rio Grande, apontando os impactos da urbanização desordenada e a necessidade de políticas integradas para desenvolvimento equitativo.

Palavras-chave: Metropolização; Periferização; Desigualdades Sociais; Planejamento Metropolitano.

THE METROPOLITAN QUESTION IN BRAZIL: STRUCTURAL CHALLENGES AND SOCIOECONOMIC DYNAMICS IN THE METROPOLITAN REGION OF CURITIBA.

Abstract: This article investigates the phenomenon of metropolization in Brazil, focusing on the Metropolitan Region of Curitiba (RMC), the eighth largest in the country. It analyzes the impact of peripheralization in the RMC, highlighting socioeconomic inequalities and infrastructure challenges faced by peripheral municipalities compared to Curitiba. Metropolization involves territorial integration where a core city connects municipalities, expanding urban functions and sharing essential services. Using census and economic data from 2010 and 2022, the study examines demographic evolution, inequalities, and challenges stemming from accelerated urbanization. Municipalities like São José dos Pinhais and Fazenda Rio Grande stand out for their population growth surpassing Curitiba's, demonstrating the peripheralization that affects urban planning and resource allocation. The article highlights disparities between Curitiba and neighboring municipalities, particularly Fazenda Rio Grande, underscoring the impacts of unplanned urbanization and the urgency for integrated metropolitan policies to achieve equitable development.

Keywords: Metropolization; Peripheralization; Social Inequalities; Metropolitan Planning.

LA CUESTIÓN METROPOLITANA EN BRASIL: DESAFÍOS ESTRUCTURALES Y DINÁMICAS SOCIOECONÓMICAS EN LA REGIÓN METROPOLITANA DE CURITIBA.

Resumen: Este artículo investiga el fenómeno de la metropolización en Brasil, centrado en la Región Metropolitana de Curitiba (RMC), la octava más grande del país. Analiza el impacto de la periferización en la RMC, destacando las desigualdades socioeconómicas y los desafíos de infraestructura que enfrentan los municipios periféricos en comparación con Curitiba. La metropolización implica la integración territorial, donde una ciudad núcleo conecta municipios, ampliando funciones urbanas y compartiendo servicios esenciales. Utilizando datos censales y económicos de 2010 y 2022, el estudio examina la evolución demográfica, las desigualdades y los desafíos derivados de la urbanización acelerada. Municipios como São José dos Pinhais y Fazenda Rio Grande destacan por su crecimiento poblacional superior al de Curitiba, evidenciando la periferización que afecta la planificación urbana y la distribución de recursos. El artículo resalta las disparidades entre Curitiba y municipios vecinos, especialmente Fazenda Rio Grande, subrayando los impactos de la urbanización desordenada y la necesidad de políticas metropolitanas integradas para un desarrollo equitativo.

Palabras clave: Metropolización; Periferización; Desigualdades Sociales; Planeamiento Metropolitano.

INTRODUÇÃO

Para Nunes (2003) a metropolização é o processo de formação de metrópoles. O fator mais visível da metropolização é o crescimento das cidades, em população, extensão, riqueza, complexidade. Como consequência, elas se tornam polos urbanos de alcance regional (região metropolitana) nacional e por vezes mundiais (cidades globais). Passam a ter liderança econômica, política, científica, tecnológica, ou outra, de acordo com as características de cada metrópole. (NUNES, 2003).

No Brasil, o processo de metropolização se consolidou nas décadas de 1950 e 1960, intensificado pela urbanização acelerada e pela concentração das atividades econômicas nas grandes cidades (CASTELLS, 1999). Esse fenômeno trouxe não apenas crescimento demográfico, mas também desafios de integração socioeconômica e planejamento urbano (NUNES, 2009; BALBIM; BECKER; COSTA, 2011).

A locução “região metropolitana” apareceu na legislação brasileira através do Art. 157 § 10 da Constituição Federal de 1967:

Art. 157 § 10 - A União, mediante lei complementar, poderá estabelecer regiões metropolitanas, constituídas por Municípios que, independentemente de sua vinculação administrativa, integrem a mesma comunidade sócio-econômica, visando à realização de serviços de interesse comum.

As primeiras regiões metropolitanas no Brasil foram criadas na década de 1970, com a promulgação da Lei Complementar nº 14 de 1973. Em 1974, a Lei Complementar nº 20 foi aprovada, formalizando a criação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. No mesmo ano, foi instituída a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPUR), responsável por coordenar a política urbana no contexto das regiões metropolitanas emergentes.

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, o artigo 25 consolidou o papel dos estados na organização das regiões metropolitanas. De acordo com o § 3º do artigo, os estados, mediante lei complementar, podem instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, compostas por agrupamentos de municípios limítrofes. Esses agrupamentos têm como objetivo integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, promovendo uma gestão mais coordenada das áreas urbanas intermunicipais.

A criação das regiões metropolitanas no Brasil, como a Região Metropolitana de Curitiba (RMC), representa um esforço para lidar com o crescimento populacional acelerado e a consequente necessidade de planejamento urbano coordenado entre os municípios (SINGER, 2015). O crescimento urbano descontrolado, entretanto, revelou limitações na execução de políticas públicas eficientes, principalmente em municípios periféricos que não conseguem acompanhar as necessidades de sua crescente população (ROLNIK, 2021; MARICATO, 2019).

A RMC é um exemplo notável do impacto da metropolização sobre as cidades brasileiras, especialmente em função das desigualdades socioeconômicas observadas entre Curitiba e os municípios vizinhos, como São José dos Pinhais e Fazenda Rio Grande (BALBIM; BECKER; COSTA, 2011). Esses municípios, que experimentam um crescimento populacional mais rápido do que a capital, apresentam carências de infraestrutura e acesso limitado a serviços essenciais, o que evidencia o fenômeno da periferização (PREFEITURA DE CURITIBA, 2022).

A periferização é um processo associado ao deslocamento de populações de baixa renda para áreas mais distantes da cidade-núcleo, onde o custo de vida tende a ser mais acessível (LEFEBVRE, 2008). Essa migração, no entanto, também implica uma série de desafios para o planejamento urbano, já que os municípios periféricos, muitas vezes, não possuem a estrutura necessária para absorver o aumento populacional e manter um padrão de vida adequado para seus residentes (RIBEIRO, 2013; FREITAS, 2020).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a desigualdade na distribuição de renda e no acesso a serviços públicos essenciais reflete uma disparidade econômica que se intensifica entre Curitiba e os municípios periféricos da RMC. Dados do Censo Demográfico mostram que enquanto Curitiba apresenta altos índices de qualidade de vida e infraestrutura, cidades periféricas como Fazenda Rio Grande sofrem com a falta de investimentos e de políticas de planejamento urbano eficiente (MARICATO, 2019; IBGE, 2022).

Além disso, a concentração de riqueza e recursos em Curitiba contribui para a fragmentação socioespacial na RMC, deixando municípios periféricos sem os mesmos benefícios de desenvolvimento e de qualidade de vida (ROLNIK, 2021). A falta de um planejamento metropolitano integrado contribui para a precarização de serviços como transporte, educação e saúde nas áreas de maior crescimento demográfico, limitando o desenvolvimento dessas regiões (SOUZA, 2017; HARVEY, 2013).

A literatura sobre urbanização e metropolização destaca a necessidade de políticas públicas que promovam o desenvolvimento equilibrado entre as cidades-núcleo e as cidades periféricas (CASTELLS, 1999; HARVEY, 2013). A ausência de integração entre as políticas de planejamento urbano e regional na RMC exemplifica um problema recorrente nas regiões metropolitanas brasileiras, onde a administração fragmentada dificulta a implementação de soluções efetivas para o crescimento urbano e a distribuição de recursos (PREFEITURA DE CURITIBA, 2022).

A falta de um modelo de governança metropolitana que coordene os esforços dos diversos municípios envolvidos é um dos principais fatores que perpetuam as desigualdades na RMC (RIBEIRO, 2013). As cidades periféricas acabam ficando dependentes de Curitiba e, ao mesmo tempo, enfrentam a escassez de investimentos próprios, o que aumenta a pressão sobre sua infraestrutura e os serviços públicos (SANTOS, 2012; FREITAS, 2020).

Neste contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar o impacto do processo de periferação na RMC, explorando as desigualdades socioeconômicas e os desafios de infraestrutura enfrentados pelos municípios periféricos. Com base na análise de dados do Censo Demográfico de 2010 e 2022 e em indicadores econômicos e sociais, busca-se contribuir para a compreensão das dinâmicas regionais e para a elaboração de políticas que promovam uma metropolização mais inclusiva e equilibrada (IBGE, 2022; ROLNIK, 2021).

QUESTÃO DE PESQUISA

Este artigo foca na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), que ocupa a posição de oitavo maior polo metropolitano do Brasil. Curitiba, tida como uma das capitais mais organizadas do Brasil, desempenha o papel de cidade-núcleo na RMC. A sua infraestrutura avançada, somada à sua posição como centro econômico e industrial no sul do Brasil, impulsionou o desenvolvimento dos municípios vizinhos, muitos dos quais atuam como "cidades-dormitório" ou fornecem suporte industrial à capital. Entretanto, esse crescimento não se deu de forma homogênea, levando à fragmentação socioespacial e à periferação. (FIRKOWSKI, MOURA, 2015).

A análise inclui a caracterização demográfica e socioeconômica da região, explorando as disparidades entre a capital e os municípios vizinhos, além de identificar os desafios de infraestrutura e planejamento resultantes do crescimento acelerado de cidades periféricas. Com isso, busca-se responder à seguinte pergunta: "De que maneira o processo de periferação na Região Metropolitana de Curitiba impacta o desenvolvimento urbano e os indicadores socioeconômicos da capital e dos municípios vizinhos?"

OBJETIVOS

O objetivo geral deste estudo é compreender os efeitos da periferação na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), analisando o processo de desenvolvimento urbano e indicadores socioeconômicos da capital e dos municípios periféricos.

Como objetivos específicos, busca-se (1) avaliar o crescimento demográfico dos municípios da RMC entre 2010 e 2022; (2) examinar as desigualdades econômicas e sociais na região; (3) analisar os desafios de infraestrutura urbana, com destaque para os municípios de rápido crescimento.

METODOLOGIA

A metodologia deste estudo fundamenta-se em uma análise quantitativa de dados demográficos e socioeconômicos fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especificamente os censos de 2010 e 2022. Esses dados possibilitam a caracterização comparativa entre Curitiba e os municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), destacando indicadores como população, renda per capita, Produto Interno

Tabela 1: Comparação e análise de crescimento populacional

Município	População Censo 2010	População Censo 2022	Taxa de Crescimento (%)
Curitiba	1.751.907	1.963.726	12,09%
São José dos Pinhais	264.210	344.397	30,35%
Colombo	212.967	244.890	14,99%
Araucária	119.207	146.740	23,10%
Campo Largo	112.377	133.964	19,21%
Pinhais	117.337	131.833	12,35%
Piraquara	93.083	114.921	23,46%
Almirante Tamandaré	103.245	111.370	7,87%
Fazenda Rio Grande	81.463	106.103	30,25%
Lapa	43.728	45.661	4,42%
Campina Grande do Sul	39.699	45.431	14,44%
Rio Branco do Sul	31.409	33.612	7,01%
Campo Magro	24.163	27.693	14,61%
Mandirituba	22.263	24.485	9,98%
Quatro Barras	20.321	21.512	5,86%
Quitandinha	17.442	17.725	1,62%
Cerro Azul	16.063	16.711	4,03%
Contenda	15.547	15.888	2,19%
Tijucas do Sul	13.254	14.455	9,06%
Balsa Nova	11.677	12.892	10,41%
Bocaiúva do Sul	12.122	12.164	0,35%
Piên	11.140	11.728	5,28%
Itaperuçu	10.929	11.174	2,24%
Agudos do Sul	9.482	9.721	2,52%
Campo do Tenente	7.077	7.187	1,55%
Tunas do Paraná	6.884	7.002	1,71%
Adrianópolis	5.974	6.041	1,12%
Doutor Ulysses	5.156	5.161	0,10%
Total	3.180.126	3.644.187	14,59%

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Destaca-se os municípios de São José dos Pinhais e Fazenda Rio Grande pelo crescimento populacional acima da média, com taxas de 30,35% e 30,25%, respectivamente,

muito superiores ao crescimento de Curitiba, que foi de 12,09%.

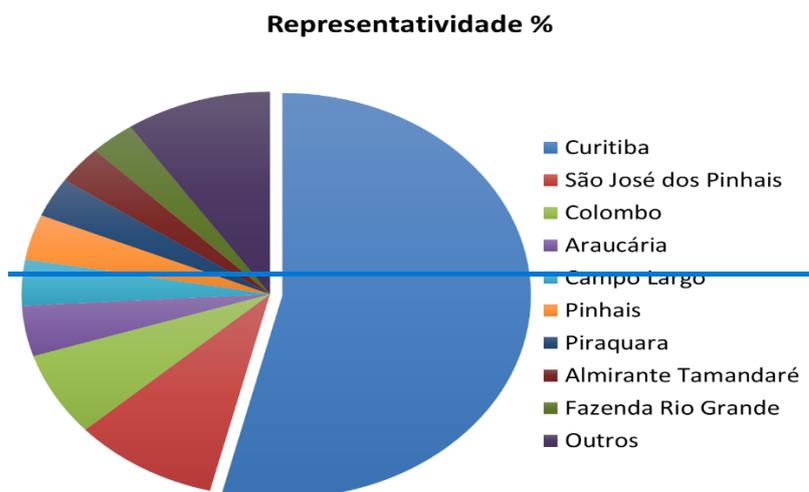


Tabela 2: Relação populacional comparativa entre os municípios

Município	População Censo 2010	% 2010	População Censo 2022	% 2022
Curitiba	1.751.907	55,09%	1.963.726	53,89%
São José dos Pinhais	264.210	8,31%	344.397	9,45%
Colombo	212.967	6,70%	244.890	6,72%
Araucária	119.207	3,75%	146.740	4,03%
Campo Largo	112.377	3,53%	133.964	3,68%
Pinhais	117.337	3,69%	131.833	3,62%
Piraquara	93.083	2,93%	114.921	3,15%
Almirante Tamandaré	103.245	3,25%	111.370	3,06%
Fazenda Rio Grande	81.463	2,56%	106.103	2,91%
Outros	324.330	10,20%	346.243	9,50%

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Quando analisamos a representatividade populacional de Curitiba na RMC, os dados do Censo indicam que a Capital vem perdendo gradualmente sua representatividade, enquanto municípios vizinhos, como São José dos Pinhais e Araucária, experimentam um crescimento demográfico mais acelerado.

Esse comportamento indica o fenômeno conhecido como *periferização*, ou seja, uma migração crescente para áreas periféricas, impulsionada por uma combinação de fatores econômicos e sociais. Entre os motivos primários para esse fenômeno podem estar está o alto custo de vida na capital, que torna o acesso à moradia e aos serviços essenciais mais difícil para a população de baixa e média renda. A valorização imobiliária e os preços elevados de aluguel em Curitiba levam famílias a buscarem alternativas em municípios vizinhos, onde os preços tendem a ser mais acessíveis e a oferta de terrenos e imóveis é maior.

Além disso, fatores como o desenvolvimento de polos industriais e comerciais em cidades periféricas geram novas oportunidades de emprego nessas áreas, incentivando a fixação de trabalhadores próximos a seus locais de trabalho, em detrimento do deslocamento diário para a capital. Esse movimento de periferização evidencia a necessidade de políticas de planejamento metropolitano integrado, que considerem o equilíbrio na distribuição de recursos e investimentos em infraestrutura e serviços públicos nas áreas periféricas da RMC, promovendo uma metropolização mais sustentável e inclusiva.

Ao observar os dados econômicos e sociais de 2022, identifica-se disparidades significativas entre Curitiba e os demais municípios da RMC, indicados na tabela abaixo:

Tabela 3: Correlação entre IDH e indicadores econômicos

Município	IDH	Renda per capita (R\$)	PIB per capita (R\$)
Curitiba	0,82	33.000	85.000
Pinhais	0,81	25.000	45.000
São José dos Pinhais	0,78	28.000	60.000
Araucária	0,78	22.000	55.000
Campo Largo	0,77	21.000	40.000
Colombo	0,76	18.000	38.000
Almirante Tamandaré	0,74	18.000	30.000
Piraquara	0,74	17.000	34.000
Quatro Barras	0,73	19.000	32.000
Campina Grande do Sul	0,72	16.000	28.000
Lapa	0,72	17.000	35.000
Campo Magro	0,71	16.000	25.000
Fazenda Rio Grande	0,70	16.000	30.000
Mandirituba	0,70	14.500	24.000
Tijucas do Sul	0,69	13.500	22.000
Campo do Tenente	0,69	14.000	21.000
Balsa Nova	0,68	14.500	25.000
Piên	0,68	13.000	21.000
Bocaiúva do Sul	0,68	13.500	22.000
Contenda	0,68	14.000	22.000
Adrianópolis	0,67	15.000	23.000
Rio Branco do Sul	0,67	14.000	25.000
Quitandinha	0,67	12.500	21.000
Cerro Azul	0,67	13.500	20.000
Itaperuçu	0,67	13.000	20.000
Agudos do Sul	0,65	13.000	19.000
Tunas do Paraná	0,65	13.000	19.000
Doutor Ulysses	0,64	12.000	17.000

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Em 2022, a renda per capita de Curitiba era de R\$ 33.000, a mais alta da região, enquanto em municípios como Fazenda Rio Grande e Piraquara, a renda per capita era de R\$ 16.000 e R\$ 17.000, respectivamente. Essas disparidades são ainda mais acentuadas quando se analisam o Produto Interno Bruto (PIB) per capita e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Curitiba, com um PIB per capita de R\$ 85.000 e um IDH de 0,82, se destaca como o município com maior concentração de riqueza e melhores indicadores de qualidade de vida. Em contraste, municípios periféricos como Fazenda Rio Grande, com um PIB per capita de R\$ 30.000 e IDH de 0,70, indicando desafios significativos em termos de infraestrutura e acesso a serviços públicos.

Essas desigualdades apontam para um processo de desenvolvimento desigual entre a capital e seus municípios periféricos, onde os investimentos em infraestrutura, educação e

saúde se concentraram na cidade-núcleo, deixando os municípios vizinhos com economias mais dependentes de indústrias de menor valor agregado e de serviços de apoio.

A tabela a seguir apresenta as taxas de urbanização por município:

Tabela 4: Urbanização da Região Metropolitana de Curitiba

Município	Taxa de Urbanização (%)
Curitiba	99,90
Pinhais	96,70
Araucária	95,30
São José dos Pinhais	93,50
Colombo	90,10
Campo Largo	88,90
Piraquara	87,50
Fazenda Rio Grande	85,40
Campina Grande do Sul	85,00
Lapa	84,00
Quatro Barras	83,00
Almirante Tamandaré	80,10
Balsa Nova	78,20
Mandirituba	77,50
Campo Magro	75,00
Campo do Tenente	72,10
Adrianópolis	70,50
Piên	70,20
Rio Branco do Sul	70,10
Bocaiúva do Sul	70,00
Tijucas do Sul	68,30
Contenda	67,80
Itaperuçu	66,90
Quitandinha	66,50
Cerro Azul	65,40
Agudos do Sul	65,20
Doutor Ulysses	64,30
Tunas do Paraná	60,00

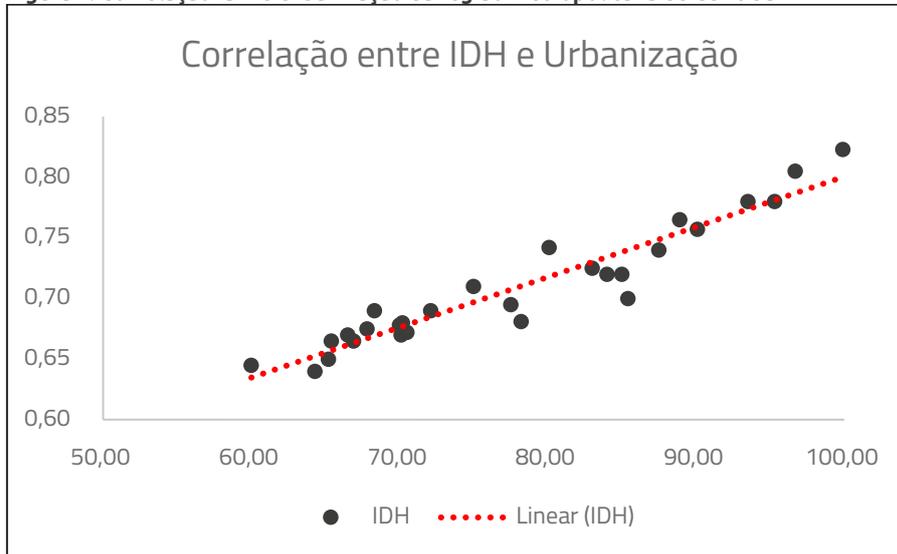
Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

A tabela mostra que Curitiba possui a maior taxa de urbanização entre os municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), com 99,9%, seguida de Pinhais (96,7%) e Araucária (95,3%).

Nota-se que os municípios mais urbanizados parecem apresentar melhores indicadores socioeconômicos, como renda per capita e acesso a serviços públicos, uma vez que a concentração de infraestrutura e oportunidades de emprego é maior em áreas urbanizadas. Em contraste, municípios com menores taxas de urbanização, como Tunas do Paraná (60%) e Doutor Ulysses (64,3%), geralmente enfrentam desafios adicionais, incluindo

menor disponibilidade de serviços e infraestrutura, o que afeta diretamente a qualidade de vida de seus habitantes. Ao traçar a correlação entre o IDH e a Urbanização, encontra-se o seguinte resultado:

Figura 2: Correlação IDH e Urbanização da região Metropolitana de Curitiba

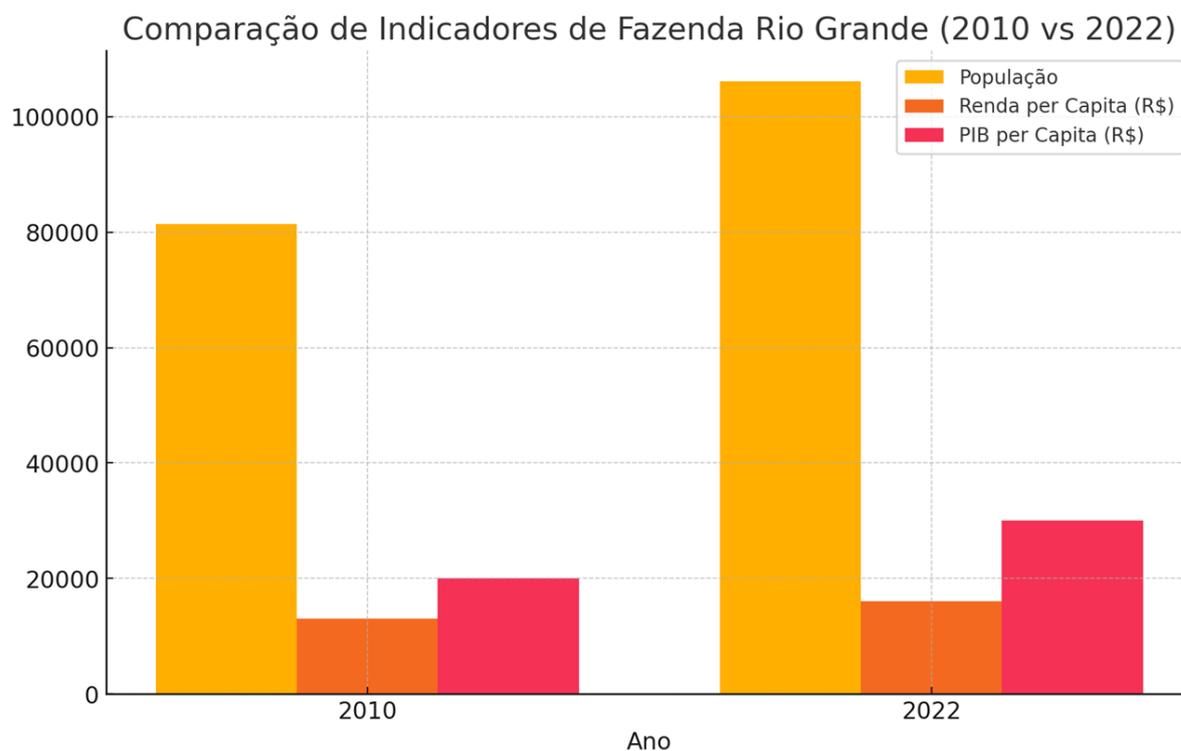


Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

A correlação positiva de 0,76 entre a taxa de urbanização e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) indica que, em geral, áreas mais urbanizadas tendem a apresentar melhores indicadores de desenvolvimento humano. No entanto, Fazenda Rio Grande se destaca como um outlier nesse padrão. Apesar de possuir uma taxa de urbanização relativamente alta, de 85,4%, seu IDH é de apenas 0,7, abaixo do esperado para esse nível de urbanização. Esse desvio sugere que, embora o município tenha uma grande concentração de áreas urbanas, ele enfrenta desafios socioeconômicos significativos, relacionados à carência de infraestrutura de qualidade, serviços públicos adequados e oportunidades econômicas que sustentem o desenvolvimento humano, possivelmente ocasionado pelo descompasso entre o crescimento e o planejamento urbano. Esse caso ressalta a importância de políticas que não apenas urbanizem, mas que também promovam condições de vida dignas e investimentos em educação, saúde e infraestrutura, especialmente em áreas de crescimento rápido.

Analisando indicadores econômicos do município de Fazenda Rio Grande têm-se um paradigma dos desafios enfrentados pelos municípios periféricos da RMC. Para ilustrar, a figura abaixo compara esses indicadores em 2010 e 2022:

Figura 3: Crescimento Populacional de Fazenda Rio Grande



Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Entre 2010 e 2022, a população passou de aproximadamente 81 mil habitantes para cerca de 106 mil, um crescimento populacional de mais de 30%, refletindo uma taxa de crescimento superior a Curitiba e a maioria dos municípios da RMC. Seu PIB per capita aumentou de R\$ 20.000 para R\$ 30.000, indicando um desse crescimento econômico bastante significativo. A renda per capita no município também vem crescendo, de aproximadamente R\$ 13.000 em 2010 para cerca de R\$ 16.000 em 2022. Este aumento indica uma melhora no poder de compra médio dos habitantes, embora ainda seja inferior à média de Curitiba.

Todavia, o crescimento acelerado, aliado à falta de um planejamento adequado, resultou em uma urbanização desordenada e um aumento da demanda por habitação e serviços públicos, como saúde e educação. A crescente pressão sobre a infraestrutura local exige que sejam implementadas políticas de desenvolvimento regional e uma maior cooperação entre os municípios da RMC para garantir um desenvolvimento sustentável.

A ausência de um planejamento metropolitano unificado tende a intensificar problemas como o congestionamento de trânsito, a falta de habitação acessível e a pressão sobre os serviços públicos. Os municípios com crescimento mais rápido são frequentemente incapazes de acompanhar o ritmo de urbanização, o que leva a situações de déficit de moradias, precarização dos serviços públicos e degradação ambiental.

A compreensão, e não o mero conhecimento, da história do planejamento urbano no Brasil pode contribuir de maneira decisiva para que nossas cidades se tornem, um dia, mais

inclusivas, justas e sustentáveis, oferecendo a seus moradores uma vida verdadeiramente digna. (NETO, 2023)

CONCLUSÃO

O presente estudo buscou compreender o impacto da periferização na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), examinando, especificamente, as dinâmicas de desenvolvimento urbano e os indicadores socioeconômicos dos municípios periféricos em comparação com Curitiba. Os objetivos específicos foram alcançados ao analisar o crescimento populacional, as disparidades socioeconômicas e os desafios de infraestrutura entre 2010 e 2022, com foco na cidade Fazenda Rio Grande, onde o crescimento populacional acelerado intensifica os desafios do desenvolvimento regional.

A análise dos dados revelou um crescimento expressivo nos municípios periféricos da RMC, em particular São José dos Pinhais e Fazenda Rio Grande, que apresentaram taxas de crescimento superior a 30% entre 2010 e 2022. Esse fenômeno reflete uma tendência de deslocamento da população para regiões com menores custos habitacionais, embora carentes de infraestrutura urbana adequada para atender às novas demandas. Essa situação ressalta a necessidade de uma integração metropolitana no planejamento urbano, visando equilibrar os investimentos e reduzir a pressão sobre os municípios menos preparados.

Outro ponto importante demonstrado pelos dados é a concentração de investimentos em Curitiba, que continua a ter os melhores indicadores de IDH, renda e infraestrutura em comparação com os municípios periféricos. Essa concentração contribui para uma fragmentação socioespacial e acentua as desigualdades dentro da RMC, dificultando o acesso equitativo a serviços essenciais, como transporte e saúde, e restringindo as oportunidades de desenvolvimento em regiões periféricas.

Além disso, o estudo destacou que a periferização transfere as populações de baixa renda para áreas mais distantes do centro, o que sobrecarrega a infraestrutura local e limita o acesso a oportunidades econômicas. Sem um planejamento metropolitano abrangente, essa dinâmica perpetua um ciclo de desigualdade, onde municípios periféricos ficam cada vez mais dependentes de Curitiba para emprego e acesso a serviços essenciais.

Para mitigar esses efeitos, é fundamental uma coordenação mais eficaz entre os municípios, com apoio do governo estadual, de modo a garantir um desenvolvimento equitativo e sustentável, promovendo uma metropolização mais inclusiva.

Apesar das contribuições deste trabalho, algumas limitações merecem ser mencionadas. A análise se baseou em dados censitários de 2010 e 2022, o que restringe a avaliação de períodos intermediários e de possíveis flutuações no crescimento econômico e populacional. Além disso, a pesquisa utilizou uma abordagem quantitativa, não incorporando aspectos qualitativos que poderiam aprofundar o entendimento das experiências dos moradores nos municípios periféricos.

Para futuras pesquisas, recomenda-se uma análise mais detalhada dos fatores que impulsionam o processo de periferização na RMC, além de investigações sobre as políticas públicas em curso e seu impacto no desenvolvimento regional. Estudos que integrem dados qualitativos e quantitativos poderiam fornecer uma compreensão mais ampla das dinâmicas sociais e econômicas em jogo, oferecendo insights para a formulação de estratégias mais eficazes de planejamento metropolitano.

REFERÊNCIAS

Agência Estadual de Notícias. **Adensamento populacional da RMC ocorre de maneira controlada, aponta Amep**. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/>. Acesso em: 07 out. 2024.

BALBIM, Renato; BECKER, Bertha; COSTA, Lucia. **Processos de Urbanização e Desigualdade nas Metrôpoles Brasileiras**. São Paulo: Editora USP, 2011.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999

FIRKOWSKI, Olga, MOURA, Rosa: Curitiba: **Transformações na Ordem Urbana**, E-book, 2015.

FREITAS, Suzana. **Planejamento Urbano e os Desafios da Periferização**. Brasília: IPEA, 2020.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010 e 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 07 out. 2024.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. São Paulo: Vozes, 2019.

NETO, João. **História do Planejamento Urbano no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2023.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/>. Acesso em: 07 out. 2024.

PREFEITURA DE CURITIBA. **Plano Diretor de Curitiba e Expansão Metropolitana**. Curitiba: PMC, 2022.

REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO. **Informalidade em Áreas Urbanas Periféricas**, Curitiba, n.120, p.149-176, jan./jun. 2011.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ROLNIK, Raquel. **Urbanismo na Periferia: o desafio da inclusão**. São Paulo: Contexto, 2021.

SANTOS, Milton. **A urbanização desigual**. São Paulo: Hucitec, 2012.

SINGER, Paul. **Economia Urbana**. São Paulo: Brasiliense, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. São Paulo: UFRJ, 2017.

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). **Transformações e Conflitos urbanos em Torno de Infraestruturas de Transporte**. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/>. Acesso em: 07 out. 2024.

URBE - Revista Brasileira de Gestão Urbana. Seção Especial: **Informalidade em Áreas Urbanas Periféricas**. v. 14, 2022. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/revista-urbe-informalidade-em-areas-urbanas-perifericas/>NETO, José Police . Acesso em 20/10/2024.

Os Desafios do Planejamento Urbano. Disponível em: <https://caosplanejado.com/os-desafios-do-planejamento-urbano/#:~:text=%E2%80%9CAI%C3%A9m%20de%20Rio%20e%20Sampa,de%20planejar%20ciudades%20no%20pa%C3%ADs>. Acesso em 20/10/2024.